



Umoe Bioenergy S.A.

de-açúcar. A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregarem a cana-de-açúcar plantada. A seguir, está demonstrado a movimentação da provisão para perdas com estoques obsoletos e perda para adiantamentos:

Table with columns: Provisão para perdas com itens obsoletos, Provisão para perdas de adiantamentos, Saldo em 31/03/2024, Provisões / reversões, Saldo em 31/03/2025, Reversões, Saldo em 31/03/2026, Tributos a recuperar.

Imposto de renda e contribuição social - IRPJ e CSLL

Table with columns: Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Outros.

Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026

9. Investimentos: Os investimentos são registrados, substancialmente, os valores relativos às cotas de participação na Cooperar S.A., registrada a preço de custo. O percentual de participação da Companhia na investida é de 2,14% em 31/03/2025. A redução da participação se deu em função de venda de parte da posição acionária. A movimentação do saldo de investimentos é apresentada abaixo:

Table with columns: Saldo inicial, Redução de capital em investida, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026.

10. Ativos biológicos: Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. O ativo biológico da Companhia compreende o cultivo de cana-de-açúcar (cana em pé), através de contratos com parceiros de cana e cana própria, para utilização como matéria em seus processos industriais de etanol após sua colheita. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. A soqueira é classificada como "Ativo imobilizado", de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, e a cana em pé, de acordo com o CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Após cada corte ou ano/safrá, a soqueira

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Área em hectare (ha), Área de produção média prevista (tonelada/ha), Quantidade média de ATR por ton. de cana-de-açúcar (KG), Preço médio do ATR (R\$), Taxa de desconto real utilizada no fluxo de caixa do período, Denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital" (WACC), correspondeu a 13,7% em março de 2026 (16,0% em março de 2025), a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Companhia.

11. Outros ativos: Custos e despesas a apropriar Recuperação judicial Outros

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Terrenos, Edifícios e dependências, Máquinas e instalações industriais, Veículos, máquinas e implementos agrícolas, Adiantamento a fornecedores, Obras em andamento, Outros, Planta, Gastos com manutenção de infraestrutura, Total

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Depreciação acumulada, Saldo contábil, líquido, Depreciação - %

13. Direito de uso de ativos e Arrendamentos e Parcerias Agrícolas: Direito de uso de ativos:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Arrendamento agrícola, Máquinas e equipamentos, Veículos, Total do ativo de uso de ativos, Saldo inicial, Captação, (-) Pgtos. do principal, (-) Pgtos. de juros, Juros apropriados, Saldo final, Os montantes registrados no passivo não circulante em 31/03/2026 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Saldos dos compromissos de arrendamentos, Saldo de adiantamentos, Ajuste a valor presente, Total do passivo de arrendamento e parcerias agrícolas

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Saldo inicial, Compensação de adiantamentos, Adição por novos contratos, Renumeração, Amortização, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Saldo em 31/03/2026, Não circulante

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição de vencimento:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, De 01/04/2026 a 31/03/2027, De 01/04/2027 a 31/03/2028, De 01/04/2028 a 31/03/2029, De 01/04/2029 a 31/03/2030, De 01/04/2030 a 31/03/2031, A partir de 01/04/2031

14. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31/03/2026, a Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social nos montantes de R\$ 1.097.048 e R\$ 1.115.296, respectivamente (em 31/03/2025 de R\$ 1.096.672 e R\$ 1.114.920, respectivamente). A Administração não registrou os saldos de diferidos ativos e passivos, decorrentes a prejuízo fiscal, bases negativas e diferenças temporárias, visto que estes não atendem completamente as prerrogativas do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, para o seu reconhecimento. b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes (34%), Ajustes para demonstração de taxa efetiva: Outras diferenças permanentes, Imposto diferido sobre diferenças temporárias não constituído, Imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1), Utilização de Prejuízo Fiscal - Portaria PGFN nº 8.798/2022 (2), Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente, Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia, o qual não é registrado em virtude de não atendimento completo das prerrogativas do CPC 32. (2) Reversão extemporânea de decisão sobre Utilização de Prejuízo Fiscal para abatimento de parcelamentos no âmbito da PGFN (Portaria Nº 8.798/2022). 15. Fornecedores:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Equipamentos, materiais e serviços, Cana-de-açúcar, Circulante, Não circulante

16. Empréstimos e financiamentos: Encargos financeiros incidentes

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Capital de Giro, Capital de Giro, Fimane

20. Partes relacionadas: Os passivos registrados junto à Controladora UBE GRUPPEN AS de R\$ 70.522 (R\$ 80.771 em março de 2025) referem-se a recursos recebidos para investimento em ativos biológicos e cobertura de capital de giro, sendo referentes a dois contratos. A partir do exercício iniciado em abril de 2021, foi firmado o primeiro contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora, que está sujeito a encargos financeiros apurados pela variação do certificado de depósito interbancário (CDI) somado ao spread de 1% ao ano incididos sobre o saldo devedor. O segundo contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora, firmado em 2007, foi integralmente quitado por meio de perda de dívida concedido pela controladora em dezembro de 2024. O montante total do período de dívida, o montante de R\$ 5.422 foi reconhecido no resultado operacional conforme apresentado na nota explicativa 24, e o valor remanescente de R\$ 52.505 foi reconhecido no resultado financeiro conforme apresentado na nota explicativa 25. A movimentação do ano está demonstrada a seguir:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Saldo inicial, (-) Pagamentos do principal, (-) Pagamentos dos juros, (-) Perda de dívida, Variação cambial apropriada, Juros apropriados, Saldo final

trata-se de novo contrato, dando em média um total de cinco ou seis safras, variando com base na cultura e material genético a que se refere. A Companhia espera que a colheita total do ativo biológico de 31/03/2026 ocorra durante o exercício de 2026-27 (luma safra). O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol. As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. O valor justo do ativo biológico é classificado no nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Área em hectare (ha), Área de produção média prevista (tonelada/ha), Quantidade média de ATR por ton. de cana-de-açúcar (KG), Preço médio do ATR (R\$), Taxa de desconto real utilizada no fluxo de caixa do período, Denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital" (WACC), correspondeu a 13,7% em março de 2026 (16,0% em março de 2025), a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Companhia.

11. Outros ativos: Custos e despesas a apropriar Recuperação judicial Outros

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Terrenos, Edifícios e dependências, Máquinas e instalações industriais, Veículos, máquinas e implementos agrícolas, Adiantamento a fornecedores, Obras em andamento, Outros, Planta, Gastos com manutenção de infraestrutura, Total

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Depreciação acumulada, Saldo contábil, líquido, Depreciação - %

13. Direito de uso de ativos e Arrendamentos e Parcerias Agrícolas: Direito de uso de ativos:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Arrendamento agrícola, Máquinas e equipamentos, Veículos, Total do ativo de uso de ativos, Saldo inicial, Captação, (-) Pgtos. do principal, (-) Pgtos. de juros, Juros apropriados, Saldo final, Os montantes registrados no passivo não circulante em 31/03/2026 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Saldos dos compromissos de arrendamentos, Saldo de adiantamentos, Ajuste a valor presente, Total do passivo de arrendamento e parcerias agrícolas

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Saldo inicial, Compensação de adiantamentos, Adição por novos contratos, Renumeração, Amortização, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Saldo em 31/03/2026, Não circulante

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição de vencimento:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, De 01/04/2026 a 31/03/2027, De 01/04/2027 a 31/03/2028, De 01/04/2028 a 31/03/2029, De 01/04/2029 a 31/03/2030, De 01/04/2030 a 31/03/2031, A partir de 01/04/2031

14. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31/03/2026, a Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social nos montantes de R\$ 1.097.048 e R\$ 1.115.296, respectivamente (em 31/03/2025 de R\$ 1.096.672 e R\$ 1.114.920, respectivamente). A Administração não registrou os saldos de diferidos ativos e passivos, decorrentes a prejuízo fiscal, bases negativas e diferenças temporárias, visto que estes não atendem completamente as prerrogativas do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, para o seu reconhecimento. b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes (34%), Ajustes para demonstração de taxa efetiva: Outras diferenças permanentes, Imposto diferido sobre diferenças temporárias não constituído, Imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1), Utilização de Prejuízo Fiscal - Portaria PGFN nº 8.798/2022 (2), Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente, Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia, o qual não é registrado em virtude de não atendimento completo das prerrogativas do CPC 32. (2) Reversão extemporânea de decisão sobre Utilização de Prejuízo Fiscal para abatimento de parcelamentos no âmbito da PGFN (Portaria Nº 8.798/2022). 15. Fornecedores:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Equipamentos, materiais e serviços, Cana-de-açúcar, Circulante, Não circulante

16. Empréstimos e financiamentos: Encargos financeiros incidentes

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Capital de Giro, Capital de Giro, Fimane

21. Provisão para contingências: A Companhia tem processos judiciais, de natureza trabalhista, cível, fiscal e tributária decorrente do curso normal de seus atividades. A Administração, baseada no opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante passa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Depósitos Judiciais, Provisões para contingências

A movimentação da provisão para demandas judiciais com risco de perda provável, em 31/03/2026 e 31/03/2025, está assim representada:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Contingências trabalhistas e previdenciárias, Contingências ambientais e tributárias, Total

Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Adições, Reversões, Saldo em 31/03/2025, Adições, Reversões, Saldo em 31/03/2026

A natureza das provisões pode ser resumida como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões; • Acções civis: as principais acções estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos; • Ambientais: está relacionada com autos de infrações ambientais que estão sendo discutidos judicialmente; • Fiscais: relacionadas a autos de infrações associadas à falta de destaque de créditos tributários sobre transferências entre unidades. As contingências classificadas com probabilidade de perda como possível estimadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia são de R\$ 6.430 em 31/03/2026 (R\$ 6.430 em 31/03/2025), correspondendo a processos trabalhistas. Julgamento STF - "Dúvida de despesas judiciais definitivas: Em 08/02/2025, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não de eficácia da causa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras. 22. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31/03/2026, o capital social é de R\$ 491.863 (R\$ 251.036 em 31/03/2025) e em 31/03/2026 a Companhia constitui reserva de R\$ 3.985. Em 31/03/2025, o valor da reserva legal constituída foi de R\$ 5.126. Reserva de Lucros: Refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados a realizar e tem a finalidade de capitalização da Companhia para futuras destinações. Em atendimento ao artigo 199 da Lei 6.404/76, os saldos das reservas que excedem o capital social em 31/03/2026 estão à disposição dos acionistas da Companhia para deliberação na próxima assembleia geral ordinária. Distribuição de dividendos: Conforme estatuto social a Companhia é obrigada a distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 0,001% do lucro apurado em cada exercício. A Companhia poderá ainda ad referendum da Assembleia Geral, pagar ou creditar juros sobre capital próprio devendo tais juros ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Conforme deliberado nas Assembleias Gerais, realizadas no decorrer do exercício, foram aprovadas distribuições de dividendos às quais totalizam o montante de R\$ 80.000, dos quais R\$20.000 foram pagos no decorrer do exercício e R\$ 60.000 com pagamentos deliberados para os anos de 2027, 2028, e 2029. As movimentações de dividendos distribuídos tiveram a seguinte composição:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Saldo inicial de dividendos a pagar, Dividendos distribuídos pela Assembleia, Dividendos pagos aos acionistas, Circulante, Não circulante, Conforme deliberado nas Assembleias Gerais realizadas no decorrer do exercício, foram aprovadas declarações e crédito de juros sobre o capital próprio no montante de R\$30.000, com integralização total ao capital social de valor líquido após realizadas as retenções legais às quais totalizam o montante líquido de R\$ 25.500. Para o exercício findo em 31/03/2025, não houve quaisquer aprovações relacionadas à declaração de juros sobre capital próprio. 23. Receita operacional líquida:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Mercado interno, Mercado externo, Tributos sobre vendas, Receita operacional líquida

24. Abertura dos custos e despesas por natureza:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Depreciação, Amortização planta portadora, Amortização gastos de infraestrutura, Colheita de cana de açúcar, Amortização de direito de uso, Mão de obra, encargos, benefícios, Adubos, fertilizantes, defensivos, insumos, Peças/serviços de manutenção, Cana-de-açúcar de terceiros, Combustíveis, lubrificantes, pneumáticos, Serviços de terceiros, Cooperativas, Gastos com transportes de terceiros, Impostos, taxas e contribuições, Liquidação de energia elétrica - mercado, Energia elétrica adquirida na rede (lastro), Variação valor justo do ativo biológico, CBOs, Outros custos e despesas

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Reversão (provisão) para demandas judiciais, Reversão (provisão) para perdas de estoques, Provisão para perdas com adiantamento a fornecedores, Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa, Resultado na baixa de imobilizado, Despesas legais, Dividendos recebidos, Escrituração de CBOs, Perda de dívida partes relacionadas (i), Outras receitas líquidas

(i) Perda de dívida em contratos de partes relacionadas junto ao Controlador, conforme apresentado na NE 19 - Partes Relacionadas. 26. Resultado financeiro líquido:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Despesa financeira, Juros sobre partes relacionadas, Variação cambial passiva sobre partes relacionadas, Variação de instrumentos financeiros, Outras despesas financeiras

27. Receita financeira

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Resultado financeiro líquido

(i) Perda de dívida em contratos de partes relacionadas junto ao Controlador, conforme apresentado na NE 19 - Partes Relacionadas. 27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado (preço e taxa de juros); • Risco operacional; e • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e

o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Estrutura de gerenciamento de risco: A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta. Tal política visa a criar mecanismos que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pela Administração e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração. Em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não possui operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos) em aberto. Instrumentos de gestão de riscos: a) Risco de crédito: A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio de etanol hidratado e etanol anidro é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperar S.A. e suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar e Alcool do Estado de São Paulo Ltda. Para os demais negócios, subprodutos como bagaço de cana-de-açúcar e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. b) Risco de liquidez: A Companhia opera com um nível de um grau de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir possíveis deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com bons relacionamentos junto aos bancos comerciais atuantes no país, assim como com a possibilidade de obtenção de recurso junto ao seu controlador, UBE GRUPPEN AS. c) Risco de mercado - Taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. d) Risco de mercado - preço: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia, principalmente do etanol anidro e hidratado. A Administração avalia constantemente o mercado desses produtos e expectativas de preços, gerenciando o processo produtivo para os produtos com taxas de retornos esperadas mais atrativas. e) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez; como aqueles decorrentes de violações legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. f) Risco de estrutura de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16), Mais: instrumentos financeiros derivativos, Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Dívida líquida

Classificação dos instrumentos financeiros por natureza: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Ativos financeiros, Ativos classificados pelo valor justo por meio do resultado, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Contas a receber - cooperativa, Adiantamento a fornecedores, Outros ativos

Passivos financeiros, Passivos classificados pelo custo amortizado, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Arrendamentos e parcerias agrícolas, Partes relacionadas, Dividendos a pagar, Outros passivos

Passivos classificados pelo valor justo por meio do resultado, Instrumentos financeiros derivativos

28. Cobertura de seguros: A Companhia adota política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, DIRETORIA, Gustavo Di Seno Dias - CEO, Moacir Ventura Filho - Gerente Administrativo e Financeiro

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, CONTADORA, Carla Caroline Fernandes Olivetti - CRC SP 323.269/0-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da Umoe Bioenergy S.A., São Paulo/SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Umoe Bioenergy S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/03/2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos contato profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Despesa financeira, Juros sobre partes relacionadas, Variação cambial passiva sobre partes relacionadas, Variação de instrumentos financeiros, Outras despesas financeiras

29. Receita financeira

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Resultado financeiro líquido

(i) Perda de dívida em contratos de partes relacionadas junto ao Controlador, conforme apresentado na NE 19 - Partes Relacionadas. 26. Resultado financeiro líquido:

Table with columns: Saldo em 31/03/2024, Saldo em 31/03/2025, Saldo em 31/03/2026, Despesa financeira, Juros sobre partes relacionadas, Variação cambial passiva sobre partes relacionadas, Variação de instrumentos financeiros, Outras despesas financeiras

27. Receita financeira